

Egressos da Educação do Campo nas Ciências da Natureza: perfil socioeconômico

 Juliano da Silva Martins de Almeida¹,  Wender Faleiro²,  Welson Barbosa Santos³

¹ Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima - UFRR. Campus Murupu. Rodovia 174, Km 37. Boa Vista - Roraima

² Universidade Federal de Catalão - UFCat. ³ Universidade Federal de Goiás, Regional Goiás - UFG.

Autor para correspondência/Author for correspondence: juliano.almeida@ufr.br

RESUMO. O Programa Nacional de Educação do Campo – PROCAMPO, lançado em 2012, buscou estabelecer um conjunto de ações articuladas para melhor atender a educação de regiões rurais do país a partir de uma formação docente ajustada a tal demanda. Nesse contexto, o presente estudo buscou conhecer o perfil socioeconômico de egressos em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza, e que obtiveram o título de licenciados pela UFERSA, UFGD, UFTM E UFFS entre o período de 2014 a 2018. Os resultados apontam que 66,67% dos egressos são do sexo feminino; 57,14% são autodeclarados brancos; apresentam faixa etária média de 32,5 anos; 43% são casados; e apresentam renda familiar de 2 salários mínimos (33%). As Licenciaturas em Educação do Campo apresentam desafios como a diminuição da taxa de evasão/trancamentos, garantia aos excluídos do sistema de ensino o direito à permanência e conclusão de seu curso superior. Como é sabido a precarização e demérito da profissão docente em nosso país é geral, contudo, é acentuada e claramente desvelada nos professores do campo.

Palavras-chave: egressos, educação do campo, formação docente, ciências da natureza, perfil socioeconômico.

Graduates of Rural Education in Natural Sciences: Socioeconomic profile

ABSTRACT. The National Program of Rural Education (Programa Nacional de Educação no Campo - PROCAMPO), initiated in 2012, sought to establish an ensemble of articulated actions in order to improve the quality of education in rural areas of the country by adjusting teacher trainings to such demand. In that context, this paper aims to investigate the socioeconomic profile of graduates in Rural Education with focus on Natural Sciences who got their degrees from UFERSA, UFGD, UFTM and UFFS between 2014 and 2018. The results show that 66.67% of the graduates are female; 57.14% are self-declared Caucasian; aged 32.5 years old, on average; 43% are married; and their average family income is 2 minimum wages (33%). The courses on Rural Education present challenges such as decreasing the dropout/Leave of Absence rates, and guaranteeing that those who were banned from the educational system have the right to continue and finish their higher-education courses. As it is known, the precarization and belittling of the teaching career is generalized in Brazil, but that reality is even more starkly evident in Rural Education.

Keywords: graduates, rural education, teacher training, natural sciences, socioeconomic profile.

Graduado de Educación de Campo en Ciencias Naturales: perfil socioeconómico

RESUMEN. El Programa Nacional de Educación sobre el Campo - PROCAMPO, lanzado en 2012, buscó establecer un conjunto de acciones articuladas para servir mejor a la educación de las regiones rurales del país basadas en la capacitación docente ajustada a dicha demanda. En este contexto, el presente estudio buscó conocer el perfil socioeconómico de los graduados en Educación Rural con calificación en Ciencias Naturales, y quienes obtuvieron el título de graduados de UFERSA, UFGD, UFTM y UFFS de 2014 a 2018. Los resultados muestran que el 66.67% de los graduados son mujeres; 57.14% se declaran blancos; edad promedio actual de 32.5 años; 43% están casados; y tener un ingreso familiar de 2 salarios mínimos (33%). Los títulos de licenciatura en educación rural presentan desafíos tales como la disminución de la tasa de deserción / bloqueo, garantizando a los excluidos del sistema educativo el derecho a quedarse y completar su título universitario. Como se sabe, la precariedad y el demérito de la profesión docente en nuestro país es general, sin embargo, se acentúa y se revela claramente en los maestros del campo.

Palabras clave: graduados, educación de campo, formación docente, ciencias naturales, perfil socioeconómico.

Introdução

Com o Programa Nacional de Educação do Campo – PROCAMPO, lançado em 2012, foram selecionadas quarenta e duas Instituições de Ensino Superior para implantarem o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Vale destacar que, em 2008, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade de Brasília (UnB), em função “da experiência em formação de educadores do campo e/ou experiências com implementação de licenciatura por área de conhecimento e/ou experiência em gestão compartilhada com os sujeitos do campo e suas representações” foram convidadas para desenvolver uma experiência piloto, cuja proposta “visava estimular nas Universidades públicas a criação de projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da formação de educadores para atuação com as populações que trabalham e vivem no e do campo” (Antunes-Rocha et al., 2011, p. 19).

As Licenciaturas em Educação do Campo presentes em todo o Brasil compreendem diferentes áreas de conhecimento como: Artes, Literatura e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática; e,

Ciências Agrárias. O desafio é de ajustar essas licenciaturas às demandas locais dos trabalhadores rurais a partir de um projeto pioneiro que se volte para o fortalecimento da identidade campesina. Nesse empreito, a aposta é que a formação especializada para o campo, assim como a escola destinada a tais grupos sociais, possa ir de encontro às necessidades desses campesinos espalhados no país. É por isso que há licenciaturas do campo do Rio Grande do Sul ao estado do Amapá, da Bahia ao Mato Grosso.

Assim, mediante a implantação das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil, e a formação das primeiras turmas a partir de 2018, salvo os projetos pioneiros das Universidades citadas, é que surge o questionamento: Qual o perfil socioeconômico dos egressos em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza?

Ao apresentar esta proposta de pesquisa, salientamos que os levantamentos do perfil do egresso dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo que temos (Molina, 2014) abriram o caminho para uma discussão, mas podem ser melhorados, ampliados e voltados a atender demandas mais específicas em meio ao conjunto de habilitações que a formação disponibiliza no país, haja vista

consideramos que o grande número de formandos no Brasil em Educação do Campo ocorreu no final de 2018.

Dentro da perspectiva do que já foi feito, Sagae (2015), em pesquisa com 15 egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNICENTRO, verificou que 80% dos egressos atuam como professores em suas comunidades de origem, contudo, sinalizaram a falta da formação interdisciplinar. Brito e Molina (2016), ao realizarem estudo clássico sobre egressos da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília (UnB) buscaram fazer um levantamento dessa questão. As autoras verificaram que 55% dos egressos do curso em questão trabalham na área de formação e que apresentam dificuldades, tais como: planejamento escolar, alterar as estruturas escolares e promover mudanças reais para a vida dos estudantes; currículo tradicionalista e sem relação com o cotidiano dos alunos, entre outros. Nesse contexto, o presente estudo objetivou realizar um levantamento sobre o perfil do egresso dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoCs, com habilitação em Ciências da Natureza.

Desenvolvimento

Compreende-se que os aspectos quantitativo e qualitativo de um objeto de

estudo estão intimamente relacionados em uma pesquisa, quer estejam no campo das Ciências Humanas ou Exatas. Isso ocorre porque o quantitativo pode ser explicado pelo qualitativo e atribui um significado em si e mediante o estudado (Souza & Kerbauy, 2017). Nesse sentido, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, que buscaremos investigar o perfil dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, distribuídos nas seguintes instituições de ensino: a) Universidade Federal Rural do Semiárido – RN; b) Universidade Federal da Grande Dourados – MS; c) Universidade Federal do Triângulo Mineiro – MG; d) Universidade Federal da Fronteira do Sul – SC.

Em colaboração com as coordenações das LEDOCs envolvidas, foi realizado levantamento cadastral dos egressos que obtiveram título de licenciado entre 2014 a 2018, para fins de contato e convite para participação do estudo, assim como do fluxo das ofertas de vagas, inscrições, matrículas, trancamentos e egressos com habilitação em Ciências da Natureza para o período destacado. Reforçamos que embora a maioria das licenciaturas tenham formado seus alunos em 2018, há entre as instituições envolvidas, duas delas que graduaram alunos dentro do período citado, ou seja, entre 2014 e 2018.

Mediante o levantamento das informações cadastrais, foram contactados 53 egressos, dentre estes, 6 da UFERSA, 3 da UFTM, 28 da UFGD e 16 da UFFS. Deste total, apenas 21 egressos contribuíram com informações que subsidiam a presente discussão, ou seja, menos de 50% da amostra total. Este fator pode estar associado ao limitado acesso à internet, questão comum aos grupos sociais, como os de agricultores familiares, que vivem distantes dos espaços urbanos e cujo acesso ao recurso tecnológico, além de difícil, tem custos acima da média cobrada em espaços urbanos. Se considerarmos que 32 egressos podem residir em áreas rurais/urbanas que não possuem acesso contínuo ou diário a internet, somadas às condições econômicas para se ter tal acesso, talvez esteja aí, a justificativa pelo qual um número considerado de participantes não respondeu a tempo hábil, o questionário enviado.

A coleta de informações foi realizada mediante preenchimento de questionário *online* elaborado na Plataforma *Google* e, enviado, posteriormente, por e-mail aos participantes, juntamente com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O questionário ficou disponível para preenchimento por 60 dias. Acredita-se que a escolha dessa forma de coleta,

propiciou um ambiente favorável à expressão das opiniões e percepções dos participantes sobre o questionado, pois não houve, por exemplo, constrangimento deles em relação ao entrevistador, ou ainda, inibição das respostas.

Na Tabela 1, são apresentados os dados quantitativos da oferta de vagas *globais* (VG), números de inscritos *globais* (IG), matrículas *globais* (MG), trancamento/evasão (T/E) de discentes na Habilitação em Ciências da Natureza (CN) e egressos (EG) em Ciências da Natureza nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo presentes nas instituições que compõem o presente estudo. Importante ressaltar que, o termo *global*, está relacionado ao quantitativo total de vagas, inscritos e matrículas nas LEDOCs, oferecidos pela UFTM, UFERSA e UFGD, pois as referidas instituições oferecem habilitações aos egressos em até duas áreas de conhecimento. A UFFS é a única IES dentre as citadas, que oferece o curso de Licenciatura em Educação do Campo específico com habilitação em Ciências da Natureza.

Tabela 1 - Fluxos das ofertas de vagas, inscrições, matrículas, trancamentos e egressos da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) entre o período de 2014 a 2018 na UFRSA, UFTM, UFGD e UFFS.

IES	Ano	n° vagas globais (VG)	n° inscritos globais (IG)	n° matrículas globais (MG)	Tranc./evasão (T/E) Ciências da Nat. (C.N.)	Egressos (EG) CN
UFERSA	2014	90	*	66	26	-
	2015	120	140	80	29	-
	2016	60	234	49	25	-
	2017	60	323	58	17	5
	2018	60	112	60	0	8
	Total	390	890	313	97	13
UFTM	2014	120	95	21	0	-
	2015	240	213	127	17	-
	2016	0	0	134	30	-
	2017	0	0	122	15	-
	2018	30	86	145	5	3
	Total	390	394	549	67	3
UFGD	2014	120	112	108	23	-
	2015	169	191	32	20	-
	2016	120	204	*	25	-
	2017	30	251	38	12	-
	2018	30	242	27	29	51
	Total	469	1.000	205	109	51
UFFS	2014	60	677	68	74	-
	2015	60	479	59	63	-
	2016	60	556	58	81	12
	2017	60	499	43	80	15
	2018	50	148	61	54	5
	Total	290	2.359	289	352	32

Fonte: Dados coletados pelos autores (2019) em colaboração com as coordenações de curso da UFRSA: Universidade Federal Rural do Semi-Árido; UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro; UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados; UFFS: Universidade de Fronteira do Sul; * não informado pela IES correspondente.

Dentre as IES descritas na Tabela 1, a UFGD ofereceu o maior quantitativo de vagas para ingresso na Licenciatura em Educação do Campo entre os anos de 2014 a 2018, verificando-se ainda que, a UFTM não ofertou vagas para ingresso na referida graduação entre 2016 a 2017.

No contexto “inscritos globais” (Tabela 1), a UFFS apresentou o maior número de inscritos em processos seletivos para ingresso no curso em questão, o que

pode estar relacionado à habilitação oferecida em apenas uma área do conhecimento, o que por sua vez, torna propício aos inscritos a identificação e relação com as ciências Física, Química e Biologia. Outro fator a ser considerado sobre o número de inscritos nessa instituição fundamenta-se na localização da referida universidade que está na mesorregião do estado do Paraná, chamada

de Cantuquiriguaçu, e é constituída por 20 municípios.

Segundo dados do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do UFFS, o curso “pretende atender professores que não possuem a titulação mínima exigida, os não habilitados, que estejam atuando em escolas do campo, jovens inseridos nos movimentos sociais, que concluíram o Ensino Médio e possam melhorar os processos educativos em suas regiões, professores que já possuam formação universitária, mas pretendam ampliar seus conhecimentos nas áreas de formação, e outros interessados”. Desse modo, entende-se que o elevado número de inscritos nos processos seletivos de 2014 a 2018, pode estar relacionado ao atendimento dessa classe que busca formação em Ciências da Natureza.

Dentre as instituições participantes (Tabela 1), a UFTM apresentou o maior número de discentes matriculados entre 2014 a 2018, como também, o menor número de discentes que optaram pelo trancamento/evasão do curso em questão, quando comparada à UFFS e UFGD, respectivamente, o que pode estar relacionado às habilitações oferecidas ao final do curso, ou seja, Matemática e Ciências da Natureza. Assim como observado para a UFFS, anteriormente, as

habilitações oferecidas pela UFTM, podem ter contribuído para os menores índices de trancamento/evasão (Tabela 1), assim como as estratégias didático-pedagógicas adotadas pela coordenação do curso, professores e da instituição para permanência do discente no curso. No que tange a formação de egressos (EG) em Ciências da Natureza (Tabela 1), a UFGD foi a instituição que contribuiu com a maior parcela de formandos para o cenário educacional da Educação do Campo.

Importante destacar ainda, a inexistência de levantamentos quantitativos sobre o ingresso e ofertas de vagas para a Educação do Campo, a nível nacional, com vistas à formação de professores para atuação nos espaços campestres. Ainda, referente às categorias de análise, a partir do questionário enviado, e das respostas obtidas, tais documentos nos permitiram observar dados interessantes no campo do gênero. Observa-se (Tabela 2) que o sexo feminino compreende a maioria dos egressos (66,67%), dentre os que obtiveram o título de licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza.

O dado, em questão, reforça a predominância da mulher no cenário educacional brasileiro, quando consideramos os cursos na área de formação de professores. Coaduna com

nossa constatação, dados do Senso Nacional de Educação Superior de 2017 (INEP, 2018), que evidenciou no ano de 2017, 1.122.350 mulheres matriculadas em cursos de licenciatura oferecidos nas

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, em comparação a 467.078 homens.

Tabela 2 - Caracterização dos egressos em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza da UFERSA, UFTM, UFGD e UFFS.

Região	IES	Gênero		Cor ou raça			Idade/Média
		Masculino	Feminino	Branca	Parda	Negra	
Nordeste	UFERSA	0	1	1	0	0	25
Centro-Oeste	UFGD	3	9	4	7	1	37
Sudeste	UFTM	0	2	2	0	0	38
Sul	UFFS	2	4	5	1	0	30
Total		5	16	12	8	1	---
Percentual		33,33%	66,67%	57,14%	38,09%	4,76%	---

Fonte: Dados coletados pelos autores (2019). UFERSA: Universidade Federal Rural do Semi-Árido; UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro; UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados; UFFS: Universidade de Fronteira do Sul.

Para Barreto (2014), o ingresso das mulheres nos cursos de licenciatura ocorre principalmente em função do sexo masculino preferir cursos tecnológicos. Embora devamos considerar que a mulher na educação indica-nos um pouco do processo de precarização intencional ao qual a educação nacional é submetida desde a colonização.

Nesse mesmo caminho de entendimento, Fleuri (2015, p. 63) em trabalho clássico sobre o perfil profissional docente no Brasil, verificou que “a categoria dos docentes brasileiros é constituída por um público eminentemente feminino, adulto, casado, com família nuclear, de classe média baixa”. Esse

contexto por sua vez, ocorreu de maneira lenta ao longo do século XIX:

A entrada das mulheres no exercício do magistério – o que, no Brasil, se dá ao longo do século XIX (a princípio lentamente, depois de forma assustadoramente forte) – foi acompanhada pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula (Catani et al., 1997, p. 78).

Desse modo, percebemos que, tanto a escolarização quanto o ingresso das mulheres no magistério, foi marcado por lutas e dificuldades em relação à condição feminina no Brasil. As mulheres, naquela época, sofriam com o preconceito de uma educação que formava apenas para ser boa esposa, mãe e dona de casa e a sala de aula

entendida como espaço de extensão e de formação para a família. Nesse campo, considerações importantes sobre a questão da mulher na sala de aula, são salientadas por Santos et al. (2019) e Louro (2014). Os autores nos mostram como a mulher faz parte de toda uma engrenagem para os processos de controle ao qual a escola tem como seu desafio e exercício. Referimos-nos à produção de corpos dóceis e ajustados aos processos normativos de uma sociedade idealizada e discutida por Foucault (2007).

Os autores Santos et al. (2019) e Louro (2014) se referem à presença da mulher na escola brasileira associada à necessidade de uma moralização que, historicamente, foi sendo posto e perpetuou-se, ainda apresentando considerado cunho religioso, questão que ainda dá sentido ao ofício da docência para muitas instituições e gestores na educação de nosso tempo. Quanto ao homem na educação, segundo Louro (2014), sua presença sempre foi bem definida desde a colônia e somente nas últimas décadas tem recebido nova configuração. Isso reforça o porquê, desde o Brasil colonial, ter havido uma crescente e gradativa inserção das mulheres no espaço escolar, concomitante com retirada e menor aceitabilidade de homens nesses espaços. Em contrapartida,

a mulher tem crescente inserção, tanto como aluna quanto como educadora.

Outro dado importante é que tal ação coaduna com o momento de expansão da educação em um país com altos índices de analfabetismo. Logo, a mulher, mais facilmente, se ajustou ao processo de alfabetização, embora não seja regra. Santos et al. (2018) nos sinalizam que a mulher foi envolvida pela crença de que sua paciência maternal a tornava mais hábil nesse labor. Quanto ao homem, até os nossos dias, ele é visto como inadequado à docência básica nos ambientes mais tradicionais da educação, salienta os autores. Foi por meio da mais fácil possibilidade de controlar as atividades das mulheres na escola, mediante o papel de dominação exercido pelos homens até na gestão escolar, que ela foi sendo chamada a tal labor. Nesse caminho de entendimento, Louro (2014) nos referencia afirmar todo esse aparato de ação, que teve como saldo o barateamento da educação, uma vez que a mão de obra feminina é mais barata que a masculina.

Portanto, sustentados em Santos et al. (2018), sabe-se que para expandir a educação nacional foi necessário barateá-la. Para os autores isso ocorreu no passado e perpetua-se, uma vez que mulheres somente complementam rendas familiares dando aulas e dedicando-se a atividade em

meio período de jornada, mas levando para casa muito trabalho por fazer. Outra consideração importante e agravante são os conceitos de docência como sacerdócio e prática de amor, herança do religioso sobre a educação e tão combatida por teóricos como Tardif (2002). Reforçamos que esta é uma herança jesuíta na educação do início da colonização. Embora tenham sido expulsos do país pela coroa portuguesa ainda no período colonial, sua herança veio até poucas décadas passadas e perpetua-se em espaços de educação campesina. Referenciado no autor, sabemos que foi nas últimas décadas do século XX, que a necessidade de sistematização da profissão docente iniciou o combate dessa perspectiva de sacerdócio na educação. Portanto, a saída dos jesuítas é fator que contribuiu para a crescente inserção das mulheres na docência, como reforça Gondra (2003). Assim, passado os séculos, a mulher é presença maior na Educação Básica.

Outro dado que nos parece bem peculiar e nos permite consideradas argumentações, é cor ou raça identificada entre os participantes da pesquisa (Tabela 2), em que, 57,14% dos egressos declararam ser brancos, 38,09% pardos e 4,76% negros. Nascimento e Fonseca (2013) reforçam que, a identificação étnica é um dado variável, pluridimensional, que

oscila de acordo com fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Desse modo, a identidade étnico-racial se associa tanto às características étnicas da população, quanto à autopercepção de cada indivíduo.

Embora a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas reserve 50% das vagas em todos os cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior, levando em conta critérios sócio raciais, nota-se que o acesso de pessoas declaradas negras ou pardas, nas IFES, é relativamente baixos. O Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010) publicado em 2010 (Paixão et al., 2010) deixa evidente as diferenças significativas quanto à formação de nível superior para brancos (20,5%) e negros ou pardos (7,7%) e até mesmo em que cursos tais grupos sociais aparecem em maior e menor número.

A partir dos dados citados, questionamos: Quem são os pardos do Brasil? Já buscando responder tal indagação com outro questionamento, pardos não são os miscigenado entre negros e índios que aqui foram trazidos ou já habitavam? E acaso tais grupos sociais de excluídos e vulneráveis no Brasil de nosso tempo, não são os herdeiros diretos de todo o desmando cometido aos negros e

índios neste país, historicamente? Não podemos concluir isso?

Mediante tantas questões, buscaremos somente afirmar que, embora tenhamos mais de 500 anos de história, perpetua-se no país o difícil acesso dos grupos vulneráveis a formação superior. Portanto, dados da Educação do Campo confirmam que, mesmo sendo as licenciaturas um caminho de ascensão para classes populares ascenderem de suas condições econômicas, os grupos subalternos não reconhecidos, como afirmam Santos et al. (2019), ainda não conseguem ter acesso à formação de qualidade ofertada pelas IFES. Concordamos que tais afirmações, uma vez que as licenciaturas do campo só são ofertadas em instituições de Ensino Superior Federal, mesmo assim, a baixa taxa de negros e pardos indica que eles ainda são minoria nas IFES.

Na confirmação do que arrazoamos, a Tabela 2 sinaliza que a UFGD, localizada na região Centro-Oeste, contribuiu com a maior parcela de egressos em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza, sendo que, do montante, ou seja, 12 egressos, nove são do sexo feminino. Os dados apresentados na Tabela 2 permitem verificar ainda que, há uma predominância da etnia branca nesse grupo. Isso confirma a ainda ausência do

negro e do pardo nos processos de formação superior nas IFES do país, mesmo em formação em que as classes populares são mais presentes, como é o caso das licenciaturas.

Outro dado importante e observado nessa pesquisa, diz respeito à faixa etária média verificada. Entre os 23 egressos participantes, a idade média é de 32,5 anos, sendo as idades mínima e máxima de 24 e 61 anos, respectivamente. Na Tabela 2, verifica-se que a maioria dos egressos da UFGD que concluíram o curso de Licenciatura em Educação do Campo, no período de 2014 e 2018, apresentam idade média 37 anos. O que indica o ingresso tardio desses participantes no Ensino Superior. Pressupomos que tal marco pode estar associado à baixa escolaridade no campo, o analfabetismo em relação às séries iniciais, a falta de oportunidades de ingresso no ensino superior, questões que se agravam quando se leva em conta o ingresso em Instituições Federais. Somam-se ao já dito, as dificuldades de deslocamento domiciliar e permanência durante a formação, quando consideramos os que residem no ambiente rural, ou cidades pequenas.

Algo que podemos trazer para o debate é que esse acessar uma formação universitária tardiamente pode estar sinalizando o que ocorreu com

Universidade nos últimos 15 anos, no que tange sua expansão, tornando-se mais acessível às classes populares. Podemos arrazoar, também, que seriam pessoas que retomam a formação em momento em que já estariam experientes. Isso porque, se vinculadas a outras atividades profissionais de subsistência, na idade em que adentraram a faculdade, já teriam considerada experiência na atividade anterior. Também, pode ser entendido, mediante ao fato de que em tal idade já se exige um amadurecimento profissional que propicie subsistência até mesmo da família já constituída, uma insatisfação no que se fazia até então.

No caso de nossos participantes, estão iniciando a formação para uma nova carreira profissional. Daí fica-nos o questionamento: o que está levando essas mulheres à formação profissional superior, em idade acima da média nacional? Na busca por entender tal questionamento vale considerar que o histórico de não reconhecimento dos povos do campo, de negação enquanto identidade é fato histórico no Brasil e elas podem estar buscando esse lugar de reconhecimento. Sempre negada pelo urbano, tais condutas desencadearam forte processo de subalternização social, mecanismo que os envolveu ao longo dos séculos, desde a colonização do país, pelos portugueses.

Pressupomos que esse quadro de demérito em relação ao campesino, ou os efeitos dele, podem estar impulsionando tais mulheres a se lançarem ao desafio de mudar a história de si, de suas famílias e dos grupos sociais em que estão inseridas. Nesse entendimento, vale considerar que muitas dessas mulheres, possivelmente, não estarão em sala de aula como docente, pressuposto pela idade em que concluíram e concluirão tal licenciatura. Uma argumentação que consideramos válida é o efeito que tal formação pode exercer, em relação aos seus filhos, netos e bisnetos, descendência que pode aprender o caminho da formação como processo de resistência, ante a subalternização histórica e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da identidade campesina como sujeito de direitos e de cidadania negada. Tais considerações nos parecem razoáveis e nos mostram o quanto pode ser complexo o efeito histórico que dadas questões sociais de não reconhecimento social no país, deixam e deixaram marcas em grupos sociais vulneráveis como o trabalhador rural, o ribeirinho, o negro, o índio.

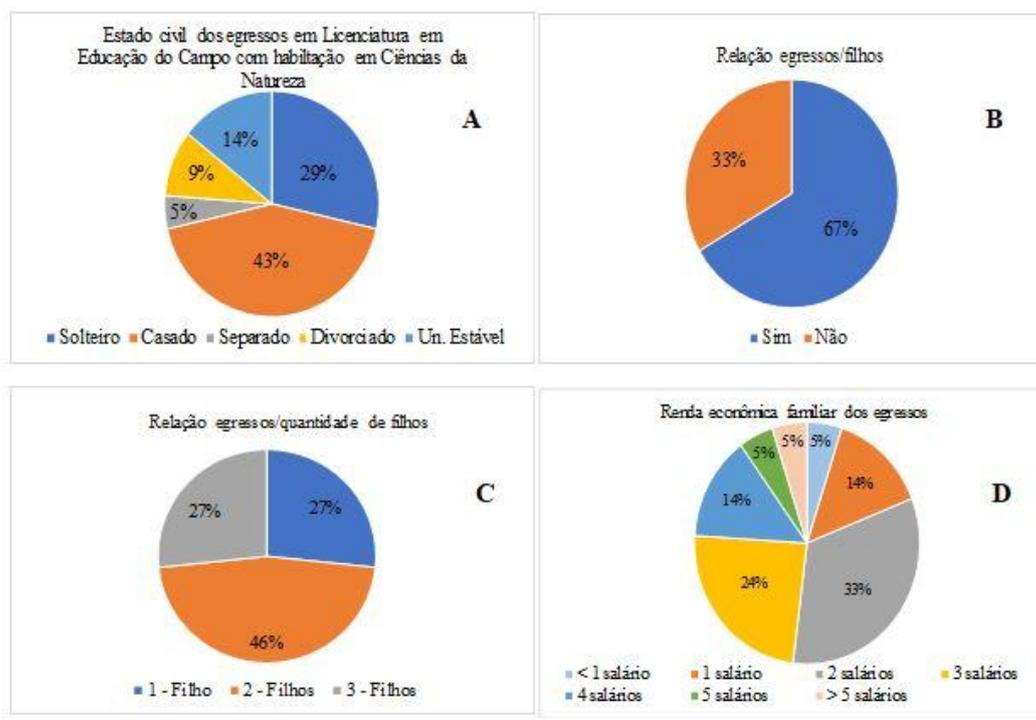
No que se refere ao estado civil (Figura 1-A) 43% afirmaram ser casados e 29% solteiros. A maioria dos participantes são pais (Figura 1-B) e possuem em média dois filhos (Figura 1-C). Os dados analisados confirmam a faixa etária em que

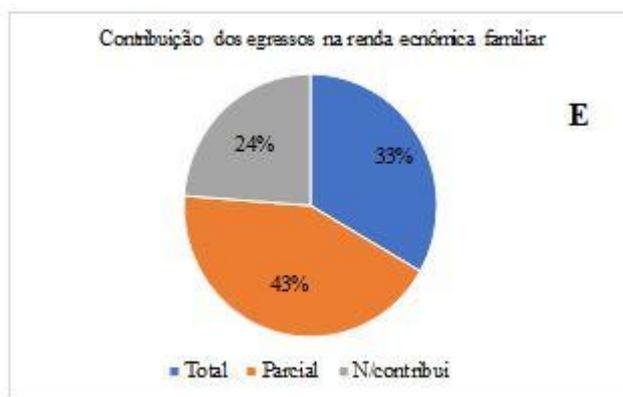
tal público está acessando a formação superior. Ainda, reforçam nosso pressuposto que estão buscando uma formação especializada num curso superior, mas que, certamente, houve uma ação exercida como trabalhador em atividades outras que os deram condição de subsistência até a formação superior, afinal trata-se de pessoas que constituem o lugar de pais e mães de família.

Uma questão que julgamos importante salientar é que, mesmo diante de todo um demérito e depreciação profissional para com os professores, tal público tem apostado que a formação para a docência ainda pode ser melhor que a

condição que os trouxeram até aqui. Pressupomos que para esse público que tem ocupado as licenciaturas do campo, a docência mostra-se como um caminho ao encontro de uma profissionalização que pode tirá-los da subalternia. Daí faz-se um novo questionamento: acaso os ingressantes de todas as licenciaturas do país, não fazem esse mesmo caminho, como o INEP, desde 2005 sinaliza? (INEP, 2007). Seriam estes sujeitos que saem das escolas públicas, com as piores notas, com a mais baixa renda em nossa sociedade, com pais cujos históricos apresentam altos índices de analfabetismo?

Figura 1 - (A) Estado civil; (B) relação de egressos/ filhos; (C) relação egressos/quantidade de filhos; (D) renda econômica familiar dos egressos; (E) participação na renda econômica familiar, dos egressos em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza da UFERSA, UFGD, UFTM e UFFS.





Fonte: Dados coletados pelos autores (2019).

Outro dado que vai acrescentando, em relação aos já descritos, diz respeito à situação econômica dos egressos (Figura 1-D). Foi verificado que a maioria destes (33%), declararam renda familiar de dois salários mínimos, seguido por três salários mínimos (24%). É importante considerar ainda que, 5% declararam renda familiar abaixo de um salário mínimo.

Para além de tudo que já foi descrito e arrazoado, fica evidente que há na busca pela formação superior, uma necessidade de alcance de qualidade de vida, a partir de uma melhor remuneração. Consideremos que a renda do trabalhador rural é alcançada por meio do serviço braçal, exercido sobre seu pequeno recorte de terra. Portanto, os dados aqui inseridos nos mostram como o magistério tornou-se, historicamente, um caminho de estruturação profissional para classes populares no Brasil. Como mencionado anteriormente, os dados do INEP (2007)

vêm confirmando tal questão há quase uma década e meia.

Quando questionados sobre a participação na renda familiar (Figura 1-E), 43% dos egressos contribuem parcialmente nas despesas familiares, e 33% contribuem totalmente, ou seja, 76% dos egressos contribuem parcial/total no sustento de suas famílias. Novamente, tal dado vem nos mostrar a realidade econômica das populações camponesas e dos professores que tem buscado formação para atuarem nessas escolas do campo a partir de uma formação que os legitima nesse labor. Consideremos que essa não é uma especificidade do campo. Buscar nas licenciaturas a possibilidade de melhor condição de vida econômica, financeira e profissional, é uma realidade brasileira como já dito, diante de sua vasta população que vive em condições mínimas de dignidade. Portanto, consideremos que a família de classe popular no país precisa de auxílio na sua manutenção, da contribuição

de todos os seus membros, sendo marca de nossa sociedade.

Considerações finais

Ao buscar considerações sobre o trabalho, algumas marcas já bem estudadas no que tange a educação urbana, são reforçadas na pesquisa voltada para o campo, como a presença da mulher nas licenciaturas, os processos de precarização da educação que tal desenho representa, assim como a perpetuação dessa mulher em sala de aula como docilizadora de corpos. Outra questão importante, no que tange ao feminino nas LEdoC's pesquisadas, é o perfil que vem reforçar o quanto o sujeito do campo tem buscado novos horizontes, novos significados e fortalecimento, questão que vem sendo discutida desde os anos de 1990, quando os movimentos sociais iniciam essa luta por uma melhor educação do campo. Nesse sentido, o trabalho mostra todo um movimento feminino, na busca por um lugar de reconhecimento, mediante a dualidade de gênero tão forte no espaço campesino. Observamos que as Licenciaturas do campo tem sido um desses caminhos de fortalecimento e de novas possibilidades a essa mulher do campo.

Mas, outros dados importantes e a serem salientados é o fato de que as

Licenciaturas em Educação do Campo têm vários desafios e um dos maiores é diminuir a sua taxa de evasão/trancamentos, garantir aos excluídos do sistema ensino o direito à permanência e conclusão de seu curso superior, e que esse fato possa transformar não somente a vida desse estudante, mas de toda sua família e comunidade. Como é sabido a precarização e demérito da profissão docente em nosso país é geral, contudo, é acentuada e claramente desvelada nos professores do campo.

No presente estudo, dentre os que obtiveram o título de licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza, 66,67% são do sexo feminino. Os dados reforçam a predominância da mulher no cenário educacional brasileiro, quando consideramos os cursos na área de formação de professores. Contudo vale salientar, que tanto a escolarização quanto o ingresso das mulheres no ensino superior, foi, e é marcado por lutas e dificuldades em relação à condição feminina no Brasil.

Quanto à Etnia identificada entre os participantes da pesquisa 57,14% dos declararam ser brancos, 38,09% pardos e 4,76% negros. A faixa etária média verificada foi de 32,5 anos, sendo as idades mínima e máxima de 24 e 61 anos,

respectivamente. No que se refere ao estado civil 43% afirmaram ser casados e 29% solteiros. A maioria dos participantes são pais e possuem em média dois filhos. A maioria destes (33%) declarou renda familiar de dois salários mínimos, seguido por três salários mínimos (24%), e, é importante considerar ainda que, 5% declararam renda familiar abaixo de um salário mínimo.

Novamente, os dados vêm nos mostrar a realidade econômica das populações camponesas e dos professores que tem buscado formação para atuarem nessas escolas do campo a partir de uma formação que os legitima nesse labor. Consideremos que essa não é uma especificidade do campo. Buscar nas licenciaturas a possibilidade de melhor condição de vida econômica, financeira e profissional, é uma realidade brasileira como já dito, diante de sua vasta população que vive em condições mínimas de dignidade. Portanto, consideremos que a família de classe popular no país precisa de auxílio na sua manutenção, da contribuição de todos os seus membros, sendo marca de nossa sociedade.

Referências

Antunes-Rocha, M. I., Diniz, L. S., & Oliveira, A. M. (2011). *Percurso formativo da Turma Dom José Mauro: segunda turma do curso de Licenciatura em Educação do*

Campo da FAE-UFMG. In Molina, M. C., & Sá, L. M. (Orgs.). *Licenciaturas em Educação do Campo – Registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS)* (pp. 19-34). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.

Barreto, P. C. S. (2014). Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, 39-64. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151603>

Portaria Normativa nº 18 em 11 de outubro de 2012 (2012, 15 de outubro). Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf

Brito, M. M. B., & Molina, M. C. (2016). Estudo com egressos da licenciatura em Educação do Campo da UNB no contexto da expansão da Educação Superior. In *Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR* (pp. 1723-1746). Maringá, PR.

Catani, B. D., Bueno, B. O., Sousa, C. P., & Souza, M. C. C. C. (1997). *Docência Memória e Gênero: Estudos sobre formação*. São Paulo, SP: Escrituras.

Fleuri, R. M. (2015). *Perfil Profissional docente no Brasil: Metodologias e categorias de pesquisas* (Série Documental - Relatos de Pesquisa, n. 40). Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Foucault, M. (2007). *História da sexualidade volume I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Gondra, J. G. (2003). *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista, SP: EDUSF.

INEP. (2007). *Panorama da educação no campo*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, DF, INEP/MEC. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/documents>

INEP. (2018). *Censo da Educação Superior*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, DF, INEP/MEC. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>

Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Molina, M. C. (2014). Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. In Souza, J. V. (Org.). *O método dialético na pesquisa em educação* (pp. 263-290). Campinas, SP: Autores Associados.

Nascimento, A. S., & Fonseca, D. G. (2013). Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de raça e cor. In Petruccielli, J. L., & Saboia, A. L. (Orgs). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidade. Estudos e análises. Informações demográficas e socioeconômicas* (pp. 52-82). Rio de Janeiro, RJ: IBGE.

Paixão, M., Rossetto, I., Montovanele, F. C., & Luiz, M. (2010). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Sagae, É. (2015). *Licenciatura em Educação do Campo: um processo em construção* (Dissertação de Mestrado).

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Santos, W. B., Faleiro, W., Sant'Ana, T. F., & Dias, W. F. (2018). *O masculino e o feminino na escola: as contradições da norma e da forma discursivamente impostas*. Uberlândia, MG: Navegando.

Santos, W. B., Sousa, C. J., Ribeiro, D. F. K. S., Alves, D. O., & Faleiro, W. S. (2019). *Modelos 3DR nas Ciências da Natureza: um repensar do capital cultural na escola do campo*. Goiânia, GO: Kelps.

Souza, K. R., & Kerbauy, M. T. M. (2017). Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, 31(61), 21-44. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>

Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 08/10/2019
Aprovado em: 01/08/2020
Publicado em: 26/01/2021

Received on October 08th, 2019
Accepted on August 01st, 2020
Published on January, 26th, 2021

Contribuições no Artigo: Os autores Juliano da Silva Martins de Almeida, Wender Faleiro e Welson Barbosa Santos, declaram ser responsáveis pela elaboração do manuscrito, sendo que o primeiro autor realizou o levantamento de informações, pesquisa de campo, análise e tabulação dos dados; o segundo autor coordenou a pesquisa e contribuiu para análise das informações; o terceiro autor contribuiu com o desenvolvimento do estudo e na análise das informações. Todos os autores foram responsáveis pela revisão do manuscrito e aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors Juliano da Silva Martins de Almeida, Wender Faleiro and Welson Barbosa Santos, declare to be responsible for the elaboration of the manuscript, being that the first author carried through the survey of information, field research, analysis and tabulation of the data; the second author coordinated the research and contributed to the analysis of the information;

the third author contributed with the development of the study and the analysis of the information. All authors were responsible for reviewing the manuscript and approving the final published version.

Conflitos de Interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

CAPES.

Funding

CAPES.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Almeida, J. S. M., Faleiro, W., & Santos, W. B. (2021). Egressos da Educação do Campo nas Ciências da Natureza: perfil socioeconômico. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e6297. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7750>

ABNT

ALMEIDA, J. S. M.; FALEIRO, W.; SANTOS, W. B. Egressos da Educação do Campo nas Ciências da Natureza: perfil socioeconômico. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 6, e6297, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7750>